

ATA DA 47.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS — CT-IPCT - ABERTA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte minutos, no Hotel Max Savassi, na cidade de Belo Horizonte/MG e pela plataforma Teams, teve início a **47.ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora Lígia Moreira de Almeida cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação, deu início à reunião. Da lista de presença constam os seguintes participantes: **Membros (presencial):** Lígia Moreira de Almeida, Coordenadora da CT-IPCT (Ministério da Economia), Márcio Freitas (SETADES), Jadilson Oliveira Lino Oliveira (CRQ Degredo), Edinéia Oliveira (SEDH-ES), Nelson Novaes Pedroso Junior (FGV), Sérgio do Carmo (Comissão dos Atingidos de Barra Longa), Geraldo Felipe — Tuzinho (Faiscador de Santa Cruz do Escalvado), Tiago Cantalice (DPU), , Antônio Áureo (Comissão de Atingidos de Rio Doce). **Pela plataforma Teams:** Guilherme Gonçalves (Funai), Aline Carla (DSEI), Felix Santos Vicente (DSEI), André Sucupira (Funai), Mônica de Jesus (CQD), Ademilton Ferreira (Fundação Cultural Palmares), Cacique Toninho (Cacique TG - Comboios), Josiane Felício (representante da Comissão de Caciques - Aldeia Pau Brasil), Gilcimar de Oliveira (representante da Comissão de Caciques – Aldeia Irajá).

Pela EY: Natalia Oliveira Ferreira

Pela ASPERQD, presencial: Thamara Ulliana. **Pela plataforma teams:** Dandara Cabral

Pela Rosa Fortini, presencial: Nicélio Barros. **Pela Plataforma teams:** Domingos e Vanderlei

Convidados, presencial: Emmanuel Almada. **Pela plataforma teams:** José Galdino (PFE- Funai), Mozart Machado (CGGAM -Funai) e Joeses Pereira (Funai).

Pela Flacso: Fabiana Tomaz (Secretária da CT) e Thiago Paiva (Coordenador Polo BH).

Pela Fundação Renova, plataforma teams: Luana Sala, Gabriel Moura, Priscila Ohira, Felipe de Drummond, Gilson da Silva Júnior, Sarah Angélica Souto, Bruna Aarão, Caroline Rocha, Mariana Nicchio, Maria Albanita de Lima, Henrique Filgueiras e Janine Silva Cabral Luchesi.

I. PAUTA GERAL (9h às 11h)

Pauta	Discussão
<p>1. Abertura, apresentação dos participantes</p> <p>2. Aprovação da ata da 46.ª RO</p>	<p>Após a apresentação dos participantes, inclusive das novas equipes responsáveis pelos PGs 03 e 04 e da Janine que estava substituindo o Christian de Souza, a ata da 46ª Reunião Ordinária foi aprovada sem objeções e, após assinatura, será enviada para a SECEX para publicação na página do CIF/IBAMA.</p> <p>Registro a participação de vários indígenas das Terras Indígenas de Aracruz pela plataforma Teams.</p>
<p>3. Informes gerais.</p>	<p>Lígia informou a necessidade de mudanças nas datas da 48.ª e da 49.ª e sugeriu os locais (Vitória e Brasília, respectivamente). Foram propostas as datas e após definição, o calendário será alterado na página do CIF. Lígia solicitou que a Fundação Renova participasse presencialmente das próximas reuniões, pois era um pedido recorrente dos membros atingidos e ressaltou esperar alguma participação naquela reunião, já que estava ocorrendo em Belo Horizonte, cidade sede da Fundação. Jadilson informou que os representantes estavam presencialmente na RO da CT-OS, que estava acontecendo em Belo Horizonte também e que considerava a ausência dos representantes na reunião da CT-IPCT um desrespeito.</p> <p>Houve uma breve discussão sobre a não participação presencial da Fundação e Luana Sala justificou as faltas das equipes dos PGs 03 e 04.</p>

	Lígia falou que em caso de conflito de agendas com outras CTs que atrapalhassem a participação presencial dos representantes da Fundação nas reuniões da CT-IPCT, outras alternativas poderiam ser consideradas e <u>ressaltou que as reuniões de 2023 seriam apenas presenciais.</u>
Encaminhamento E47.1	Ficou definido que em caso de conflito de agendas com outras CTs que impeçam a participação presencial da Fundação nas reuniões da CT-IPCT, será verificada a possibilidade de mudança nas datas, visando a participação presencial da Fundação Renova.

II. PAUTA GARIMPEIROS TRADICIONAIS – FAISCADORES (11h às 13h)	
Pauta	Discussão
4. Reconhecimento dos Garimpeiros do Alto Rio doce como atingidos.	Discussão nos mesmos termos das reuniões anteriores.
5. Aplicação do AFE (Garimpeiros)	<p>Conforme já registrado nas reuniões anteriores, a Fundação Renova informou que não discutiria o assunto AFE, em razão de estar judicializado e por ser assunto da CT-OS.</p> <p>Tiago informou que consultaria o Dr. Francisco da Nóbrega sobre o resultado do incidente de divergência. Disse valer registrar as últimas decisões do juiz da 12.^a Vara, que reforçava o que a CT-IPCT vinha dizendo há meses: o programa referente ao auxílio emergencial é totalmente distinto do programa de indenização, assim, não caberia colocar a quitação do AFE como condição de acesso à indenização.</p> <p>Tiago solicitou que se registrasse em ata:</p> <p>Houve decisão em relação ao eixo 7, que proíbe a inclusão do AFE na quitação do Novel e determina o retorno de pagamento aos titulares e o pagamento retroativo desde o momento em que deixaram de receber o auxílio.</p> <p>Houve decisão em relação ao eixo 6, que considera as evidências apresentadas pela perícia judicial e determina a extensão ao máximo possível de atingidos, providência já tomadas em outros autos.</p> <p>Tiago ressaltou que as decisões reforçam a posição já defendida há muito tempo pela Câmara Técnica, sendo finalmente reconhecida pelo poder judiciário, o que poderia ser considerado uma conquista por meio do trabalho dos membros da CT-IPCT.</p> <p>Sobre esse ponto, Domingos ressaltou problemas resultantes do descumprimento da Deliberação 300 por parte da Fundação e <u>sugeriu que o assunto fosse levado à IAJ, para que essa levasse ao conhecimento do juiz da 12.^a Vara.</u></p>
6. Solicitar celeridade da Fundação Renova para, no âmbito do sistema Novel, implementar a nova aba recursal (de forma que todo e qualquer atingido com pedido pendente poderá recorrer aos peritos do juízo por quaisquer questões de mérito, formais ou operacionais, devendo ser garantido na referida aba meios capazes de levar sua pretensão ao conhecimento da perícia	<p>Domingos, advogado da ATI Rosa Fortini, disse que em relação ao Novel, havia uma atuação unilateral da Fundação, de não cumprir a matriz documental estipulada pela 12.^a Vara, prejudicando os atingidos, ressaltando a necessidade de ser segurança jurídica. Explicou que o grande gargalo seria a aba recursos, pois há casos esperando homologação para que os requerimentos seguissem (muitos estariam aguardando o laudo preliminar e outros, o definitivo). No que se referia às populações tradicionais de Santa Cruz, Rio Doce e Chopotó, Domingos ressaltou houve um acordo com a Fundação em reconhecer os faiscaadores e os pescadores artesanais do primeiro processo coletivo de autorreconhecimento, os que não estavam no cadastro. Destacou a necessidade de que a Fundação disponibilizasse uma ferramenta para</p>

do Juízo, em qualquer caso de encerramento, após o laudo da perícia que dará ciência às partes, deve seguir o fluxo para homologação judicial) (Faiscadores)

acesso dos advogados no sistema Novel. Ressaltou a necessidade de se levar, também, à IAJ e ao juiz da 12.^a Vara as questões de desigualdade nos territórios, pois muitas pessoas esperavam pelo menos a chance de ter a situação analisada, pois sem essa intervenção não haveria avanço. Tiago disse que a decisão recente do juiz da 12.^a Vara que teria seu valor, mas não reconhecia o direito daqueles que nunca tiveram acesso ao AFE, ressaltando que os faiscadores da segunda lista e as pessoas que exerciam atividades de subsistência não seriam contempladas. Registrou que não podiam tirar aquela situação do radar e que a audiência com o juiz seria realmente importante.

Nelson perguntou se a aba seria disponibilizada.

Tiago resgatou algumas questões e ressaltou que mesmo com as questões judicializadas, as questões de ordem operacional poderiam ser respondidas. Resgatou as questões trazidas na discussão, a saber:

Necessidade de um ajuste de ordem sistêmica na carga dos danos que estão contidas nas listas por parte da Fundação;

Como a Fundação Renova estaria dialogando com a Kearney sobre o acesso aos dados que estão contidos nos outros Programas? (pergunta trazida pelo Vanderlei).

A aba recursal seria disponibilizada já com as melhorias solicitadas?

Luiz Felipe reiterou que a questão seria de competência da CT-OS.

Domingos respondeu que a questão seria sobre o cumprimento de uma sentença judicial e reiterou que a questão deveria ser tratada pela IAJ.

Vanderlei respondeu que a questão seria sobre os faiscadores, por isso, poderia ser tratada na CT-IPCT.

Nelson acrescentou que as questões sobre aos indígenas e comunidades tradicionais eram temas tratados por praticamente todos os programas de recuperação do TTAC, tanto que nos relatórios trimestrais da Fundação teriam a parte das interfaces e ressaltou que se fosse para os assuntos serem tratados em cada CT, não teria sentido a CT-IPCT existir e ressaltou que não haveria justificativa para não trazerem as respostas para a CT-IPCT.

Tiago disse que não havia relatos de negativa da Renova em discutir questões que abarcasse povos indígenas e tradicionais em outras Câmaras e ressaltou aquele argumento de só discutirem na CT-OS seria meramente protelatório com a intenção de se esquivar de responder e que não sabia o que a Fundação estaria fazendo nas reuniões da CT-IPCT, pois se negava a discutir as questões pautadas. Tiago ressaltou, também, que a questão deveria ser levada ao conhecimento do CÍF, pois o tratamento com a IPCT não era isonômico. Disse não haver justificativa para a equipe da Renova não ter se preparado para levar informações que permitissem os membros atingidos retornarem com informações que tranquilizassem seus territórios. Sobre o Novel, Tiago registrou haver questão judicializada, mas havia, também, um acordo extrajudicial mediado pelo Ministério Público de Minas Gerais, acordo esse, firmado e registrado em ata.

Lígia ressaltou parecer ser intencional, pois a Fundação não participava presencialmente das reuniões, não enviava as apresentações, não levava pessoas aptas a responderem os questionamentos, mesmo com pontos de pauta muito bem explicados e com a CT enviando com dez dias de antecedência.

Jadilson disse que a Fundação deveria alinhar as falas, pois na CT-OS, quando ele, como membro de comunidade tradicional, levava algumas questões, a resposta da Fundação era de que o assunto seria da CT-IPCT e pediu mais respeito.

	<p>A discussão se estendeu e Luana sugeriu que a Câmara Técnica respondesse ao ofício FR.2022.0820, que trata das competências de cada CT, com tudo o que foi questionado naquela reunião e que ficasse como encaminhamentos, para que a Governança direcionasse aos responsáveis.</p> <p>Luana e Luiz Felipe disseram que a Fundação não estaria se negando a responder e que o posicionamento de direcionarem as questões para a CT-OS já eram discutidas há tempos. Luiz Felipe ressaltou que os sistemas estavam operacionalizados e que a Fundação atuava nesses sistemas.</p> <p>Nicélio e Lígia registraram que a Fundação poderia responder às pautas. Quanto às sugestões da Luana de a CT responder ao ofício e deixar como encaminhamento, Lígia respondeu que se fosse para tratar dos assuntos, não precisariam de realizar reuniões e de que nada adiantaria deixar encaminhado, pois estava pautado e mesmo a CT enviando com antecedência, a Fundação não respondeu.</p> <p>Antônio Áureo registrou que eles ficavam dias fora de casa, como representantes de grandes coletivos de atingidos, mas já estavam desacreditados, pois não havia nenhuma novidade para levarem para as comunidades. Disse que a Fundação era até irônica quando dizia que a questão estava judicializada e ressaltou que a Fundação nunca foi ao território buscar um entendimento, mas ao contrário, criava mais atritos.</p> <p>Geraldo Felipe registrou que a Fundação deveria visitar o território, que tinha se tornado um grande canteiro de obras e, também, a importância da manutenção ATI. Agradeceu o trabalho da CT e das defensorias públicas.</p> <p>Luana disse que a Fundação não se negava a responder os pontos de pauta e só sugeriam direcionar para outra CT, em razão de as pessoas aptas a responderem, estarem na referida CT. Esclareceu que sugeriu que a CT respondesse ao ofício, pois nele estaria a posição institucional da Fundação sobre o RI das Câmaras Técnicas.</p> <p><i>Registro que para mais detalhes sobre o Novel e sobre as tratativas sobre o AFE, consultem a ata da 46.ª RO, onde Silvana relatou o assunto, que está registrado detalhadamente na referida ata.</i></p>
<p>7. Continuidade dos trabalhos da ATI Centro Rosa Fortini após dezembro/2022 no território de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova (Chopotó) por vontade expressa das comunidades tradicionais do território, uma vez que decisões de grande complexidade para o universo do(as) atingido(as), no âmbito da repactuação e de questões jurídicas, socioeconômicas, sociais e ambientais, ensejam a permanência da ATI no território enquanto corpo técnico e multidisciplinar (Faiscadores).</p>	<p>Geraldo Felipe ressaltou a necessidade da ATI principalmente naquele momento em que estavam tratando da revisão do escopo do PG 04. Nicélio explicou que o aditivo de prazo foi celebrado, pois havia reserva de recursos. Ressaltou o direito de se ter uma ATI em todos os territórios, para auxiliar nas várias questões (jurídicas, antropológicas, ambientais, sociais, etc.). Explicou que seria necessário discutir o modelo, como já exposto pelo juiz da 12.ª Vara, mas além de ser um direito, as ATIs contribuiriam para as ações e seriam um importante instrumento para a luta dos atingidos.</p> <p>Luiz Felipe respondeu que a Fundação reconhecia a importância das ATIs e que, atendendo à solicitação da comunidade, havia prorrogado o contrato com a Rosa Fortini até dezembro de 2022, mas ressaltou que não teria uma resposta concreta sobre contratos após esse período naquele momento.</p> <p>Tiago Cantalice perguntou se, considerando que o contrato é anterior ao TAC-GOV, não implicaria em uma reavaliação dos prazos, já que seria necessário garantir a continuação dos contratos.</p> <p>Luiz Felipe ressaltou que não era uma negativa, apenas uma explicação de que não era possível saber ainda e que a questão das assessorias estava judicializada.</p>

	Antônio Áureo registrou a concordância com as falas do Geraldo Felipe e do Nicélio.
--	---

Intervalo para o almoço. Retorno às 14h.

III – PAUTA INDÍGENA (14h às 16h)	
Pauta	Discussão
8. Status do Plano de cheias – Comboios	<p>Felipe de Drummond informou que a Fundação enviou um ofício solicitando uma reunião com a Defesa Civil e com Comboios para que fosse feita a validação do plano e que estava aguardando manifestação. Cacique Toninho disse que seria importante a realizarem logo a reunião, considerando a proximidade do período chuvoso, <u>mas não poderia ser na semana corrente e nem na posterior</u>.</p> <p>Lígia perguntou o que estava faltando para agendarem e Felipe respondeu que a Fundação estava aguardando Comboios e a Defesa Civil para o agendamento.</p> <p>Cacique Toninho informou que a Fundação poderia agendar com a Defesa Civil, que a comunidade se comprometeria a participar.</p>
Encaminhamento E47.2	<p>A Fundação Renova agendará a reunião com a Defesa Civil e avisará à Comunidade de Comboios, que se comprometerá a participar.</p> <p>Data: depois da 1.ª quinzena de outubro</p>
9. Status SAA – Comboios	<p>Felipe informou que recebeu do DSEI, o retorno dos projetos enviados com alguns pedidos de correção. Explicou que as licenças ambientais haviam vencido, mas o pedido de renovação já havia sido realizado e que estavam no aguardo para iniciarem o processos de perfurações para realizar os testes de vazão.</p> <p>Aline Carla confirmou o envio e disse que o DSEI tinha interesse de resolver logo a situação.</p>
10. Explicação sobre o monitoramento feito na TI Comboios – apresentação dos resultados e orientações sobre a entrada de pessoas na TI (importante a participação presencial do responsável da Fundação Renova);	<p>Henrique Filgueiras, responsável pelo PG 38 (Monitoramento Hídrico) fez a apresentação do PMQQS (disponível para consulta).</p> <p>Cacique Toninho informou ter recebido vários e-mails solicitando entrada na TI para coleta de dados, mas nunca teve retorno sobre o que foi realizado.</p> <p>Henrique informou que não acessava a TI, pois o monitoramento trimestral é realizado em um ponto de coleta na praia (sem desembarque e sem entrada na comunidade). Acrescentou que os dados (resultados das coletas) são públicos.</p> <p>Após alguns questionamentos, Henrique informou que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O programa atuava na área marinha adjacente. - Os dados só são publicados após a aprovação do sistema CIF. - Para a escolha dos pontos, eram considerados alguns aspectos, como os monitoramentos que já eram realizados pelos órgãos responsáveis em Minas e no Espírito Santo. Ressaltou que a responsável pelo PMQQS seria a CT-SHQS (Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água) e a que Fundação Renova não teria autonomia para decidir pontos (respondendo a um questionamento da Josiane Felício). <p>Lígia e os membros da CT agradeceram a apresentação e disse ser esse comportamento que esperava quando pautavam sobre programas relacionados a outras Câmaras Técnicas.</p> <p>Nelson ressaltou a importância de as equipes dos PGs 03 e 04 acessarem os responsáveis pelos outros programas e levarem as informações e aplicá-las às especificidades dos povos indígenas de das comunidades tradicionais.</p>

	<p>Registro que os documentos relacionados ao Monitoramento Hídrico se encontram disponíveis no site: https://portal-de-monitoramento-rio-doce-fundacaorenova.hub.arcgis.com/pages/pa-documentos</p>
<p>11. Status do retorno do ASE/AFE;</p>	<p>Gabriel Moura informou que a resposta seria a mesma das reuniões anteriores, a saber: as decisões sobre o AFE não teriam relação com o ASE, então até que tivessem alguma decisão judicial, o entendimento da Fundação continuaria o mesmo.</p> <p>Cacique Toninho respondeu que as lideranças e representações de Comboios, Córrego do Ouro, Pau Brasil, Irajá e Caieiras Velha, não tinham mais interesse em continuar as tratativas com a Fundação, mas com as mantenedoras (os indígenas estavam há 23 dias em manifestação na ferrovia)</p> <p>Houve várias manifestações dos indígenas que estavam participando remotamente.</p> <p>Jadilson perguntou sobre as nomenclatura ASE/AFE.</p> <p>Gabriel explicou que o ASE foi constituído fora do TTAC, até mesmo antes da criação da Fundação e teria como finalidade, o pagamento apenas dos indígenas e possuía outra dinâmica de pagamento.</p> <p>A discussão e as manifestações sobre ASE/ AFE continuaram nos mesmos termos das anteriores e já estão detalhadas nas atas das reuniões.</p> <p>Diante da divergência de entendimento sobre a aplicação do AFE para os indígenas, Gabriel disse que a solução seria procurar o judiciário.</p> <p>Nelson ressaltou a pertinência das colocações que foram apresentados anteriormente e falou do que diz o TTAC sobre indenização e auxílio emergencial, além dos princípios e diretrizes normativas (inter)nacionais sobre reparação. Ressaltando que, uma vez que as atividades produtivas não haviam sido retomadas e o PBAI ainda não havia sido implementado, o auxílio emergencial estava suspenso e não havia vinculação com a quitação, perguntou ao Felipe de Drummond qual seria o atendimento emergencial financeiro para as comunidades indígenas, até a retomada das atividades econômicas e de subsistência nos territórios atingidos, em geral. Perguntou, também, o que a Fundação faria para atender os povos indígenas, ressaltando que, no caso do AFE, a questão tinha sido resolvida judicialmente e que a Fundação estava criando um fator de desigualdade, já que os outros atingidos voltariam a receber o AFE e os indígenas não.</p> <p>Jocelino, secretário da AITG que representa os Tupiniquins e Caieiras Velha, se manifestou sobre AFE/ASE, nos mesmos termos já registrados e ressaltou que a representação do Cacique Vilmar era legítima e aceita pela comunidade de Caieiras Velha.</p> <p>André Sucupira ressaltou que todos teriam o direito de receber o auxílio emergencial e solicitou que os indígenas focassem nos pontos que os unia.</p> <p>Mozart disse a questão acerca das indenizações estaria apenas começando, que deveria ser tratada de maneira apropriada, considerando os diversos danos existentes e a matriz de danos apresentada pelos indígenas, para verificarem o que havia sido atendido ou não.</p> <p>Dr. Galdino pediu que os indígenas não assinassem acordos sem consultar a Funai ou a PRF, pois estavam ali para apoiá-los.</p> <p>Cacique Vilmar informou que foram realizadas algumas reuniões com Vale com e sem a participação da Fundação Renova, ressaltando que uma das propostas por parte da Vale e da Fundação foi de reverter o</p>

	<p>programa de retomada econômica em auxílio emergencial. Vilmar explicou que se tratava de duas coisas distintas e que o programa de retomada econômica precisava ser aplicado junto ao PBAI e ressaltou que as comunidades não aceitariam o formato sugerido. Vilmar disse para o André Sucupira que o discurso foi muito bonito, mas que gostaria que a ação da Funai fosse mais prática, pois várias denúncias foram feitas antes da homologação do acordo, já antevendo as situações que as comunidades estavam vivendo naquele momento. Disse estar sabendo que a Funai estava impedida de entrar em alguns territórios e reiterou que esta deveria colocar em prática o papel que ela teria na defesa dos indígenas.</p> <p>Galdino respondeu que embora tenha sido percebidos alguns riscos que estavam sendo debatidos, a Funai não poderia interferir na escolha individual em assinar o acordo.</p>
<p>12. Encaminhamento E47.3</p>	<p>José Galdino questionará a Fundação Renova sobre a retomada do ASE. Em caso de resposta negativa, solicitará à IAJ equiparação do escopo em relação à última decisão da 12.ª Vara, independente da produção ter mediação, monetizada ou não, pois ASE e AFE se equiparam.</p>
<p>12. Processo de elaboração do PG-03 (Funai/CGGAM)</p>	<p>Guilherme Gonçalves informou que as reuniões estavam suspensas e que um documento seria enviado à Fundação Renova.</p>
<p>13. Comunicação da comunidade de Comboios de não negociar mais com a FR, passando a tratar diretamente com as mantedoras (Funai/CGGAM);</p>	<p>A questão está em negociação. Os indígenas estavam mobilizados e já enviaram documentos às mantenedoras informando que não querem negociar com Fundação Renova e estavam aguardando uma resposta. Registro que a comunidade indígena Tupiniquim Pau Brasil se manifestou no chat, informando que em reunião com a comunidade no dia 19 de setembro de 2022, decidiu não dialogar mais com a Fundação Renova nas tratativas de todo processo e irão oficializar esse comunicado. Considerando a grande importância do PBAI, a comunidade de Pau Brasil não quer mais que processo aconteça sem a construção da comunidade.</p>
<p>14. Submissão de Plano de Trabalho-PBAI da candidata à consultoria à Funai, com atendimento do Ofício n.º 714/2022/DPDS/FUNAI, em observância às fases do processo administrativo</p>	<p>Fases:</p> <p>I - Apresentação de Plano de Trabalho (PT-PBAI) robusto e de bases sólidas (e com juntada dos currículos dos profissionais e respectivos termos de compromisso anexos ao PT-PBAI) a Funai, para análise técnica</p> <p>II - Recebido o PT-PBAI, a Funai recomenda ajustes, aprova-o ou o desaprova –</p> <p>III - Promovidos os ajustes necessários, caso solicitados, a Funai autoriza a submissão do PT-PBAI junto às comunidades indígenas, por meio do devido processo de consulta. As comunidades indígenas poderão aprovar ou desaprovar a candidata à consultoria. As comunidades indígenas poderão solicitar ajustes e acréscimos, em consonância com as definições do ECI-TG;</p> <p>IV - As datas de apresentação da candidata à consultoria para as comunidades indígenas e de apresentação de versão de PT-PBAI aprovada pela CGGAM/DPDS/Funai deverão ser científicas à CGGAM e CR-MGES com antecedência mínima de 20 dias. (Funai/CGGAM)</p> <p>Foi discutido que o rito deveria ser seguido (conforme já detalhado nas reuniões anteriores).</p> <p>Foi informado que a equipe de consultoria não estava constituída, além do relato de que houve acesso às terras indígenas sem a devida autorização.</p> <p>Os representantes da Funai relataram que o plano de trabalho tinha muitas fragilidades e que solicitaram ajustes. Dado o exposto, estavam agrandando um documento mais robusto para que fosse apresentado às comunidades.</p> <p>Felipe de Drummond informou que a consultoria estava revisando o plano após os apontamentos da Funai e que assim que estivesse pronto, devolveria a Funai</p>

	Lígia solicitou que a Fundação Renova priorizasse a revisão, pois o processo teve algumas etapas atropeladas.
15. Unicidade do desenho estratégico de enfrentamento PBAI-TG para todos os territórios com previsão de programas comuns a todos os territórios TG, podendo-se, no entanto, prever programas específicos para realidades específicas de aldeias/Terras indígenas. (Funai/CGGAM)	<p>Guilherme explicou que o ponto de pauta foi colocado apenas para cientificar a Fundação, considerando que o PBAI não admitia divisões e deveria obedecer o ECI.</p> <p>Mozart ressaltou que os programas estruturantes e de monitoramento deveriam ser comuns a todos os territórios, o que não impediria a criação de programas ou subprogramas que atendam as especificidades e particularidades de cada comunidade.</p> <p>Cacique Vilmar registrou que nenhuma consulta referente ao PBAI havia sido submetida à aldeia de Caieiras e informou que já havia enviado um documento à Funai informando que não discutiria o PBAI junto às outras comunidades. Ressaltou que embora o Mozart afirmasse que o PBAI não poderia ser dividido, a organização de cada comunidade deveria ser considerada.</p>
Reiteração do Ofício n.º1053/2021/DPDS/FUNAI - esclarecimento sobre questionamentos para serem elucidados pela FR sobre o chamado “Programa de retomada das atividades econômicas e de renda das famílias indígenas”. (Funai/CGGAM)	<p>Guilherme informou que o ofício foi enviado dia 13/08/2021 e ainda não havia sido respondido. Considerando a importância do assunto, reiterou a solicitação de resposta.</p> <p>Felipe de Drummond respondeu que o ofício não foi recebido pela Fundação Renova e solicitou que a Funai reenviasse.</p> <p>Guilherme disse que reenviaria, mas registrou que o assunto já tinha sido abordado em outras reuniões e o ofício já havia sido reenviado outras vezes.</p> <p>Registro que a Fundação informou que recebeu o Ofício durante a reunião e está aguardando uma resposta da Funai</p> <p>Lígia agradeceu a participação remota dos caciques e de todas as lideranças.</p>

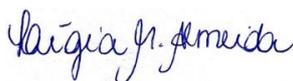
IV. PAUTA QUILOMBOLA (16h às 18h)

Pauta	Discussão
17. Informes sobre a continuidade do contrato com a empresa Pacatu (Fundação Renova)	<p>Priscila Ohira informou que conforme solicitado na 46.^a RO, a Fundação Renova enviou um ofício no dia 29/08/2022, informando a continuidade do contrato com a Pacatu, esta havia retomado as atividades no dia 21/09/2022. Jadilson registrou que e-mail foi respondido dia 29/08, mas a Pacatu havia demorado 21 dias para retornar, gastando assim, dinheiro da comunidade. Perguntou quais atividades teriam retornado e ressaltou que a Pacatu não entrou em contato com ninguém e nem deu satisfação à comunidade, o que era desrespeito. Jadilson perguntou, também, o motivo de a empresa ter demorado para retornar as atividades.</p> <p>Priscila explicou que foi solicitada a rescisão do contrato e as equipes foram desmobilizadas. Com o pedido de retorno, a equipe precisou ser mobilizada novamente, os produtos parciais precisavam ser medidos para que a empresa pudesse retornar, fora o planejamento. Priscila afirmou que a empresa já estava no território.</p> <p>Dandara questionou o motivo de o Milton não estar na reunião se ele seria o ponto focal. Perguntou se o calendário seria apresentado e Priscila disse que, devido à necessidade de alterações, poderia enviar na semana seguinte.</p> <p>Lígia ressaltou que aquele era o único ponto de pauta, que foi, inclusive, enviado com antecedência e ainda assim, a Fundação não respondia completamente.</p>

	<p>Priscila explicou que o contrato não chegou a ser rescindido, mas como isso chegou a ser solicitado, as equipes foram desmobilizadas, sendo necessário todo o processo já explicado.</p> <p>Houve uma breve discussão, pois a Fundação não informou formalmente que a empresa já estaria no território, o que foi questionado por Jadilson e Dandara.</p> <p>Ficou definido que o cronograma seria enviado por e-mail. Priscila ressaltou que as datas poderiam ser alteradas (registro que a Fundação informou que o cronograma foi enviado após a reunião)</p> <p>Dandara apontou que seriam necessários alguns ajustes e ressaltou que os pontos de pauta ficavam evasivos, pois as pessoas responsáveis não estavam participando e nem respondendo o que há tempos solicitava.</p> <p>Após breve discussão, ficou definido que Dandara reenviaria um e-mail que havia sido enviado dia 14/09 e Jadilson solicitou que o cronograma fosse enviado à Comissão Quilombola. Jadilson mencionou a necessidade da volta do Comitê Gestor, em razão da execução do PBAQ e pediu que Priscila enviasse as informações sobre as ações da Tetra Mais (a Fundação enviou as respostas por e-mail).</p> <p>Lígia ressaltou que as entradas no território deveriam ser sempre informadas à Comissão Quilombola.</p> <p>Dandara apontou algumas pendências de respostas de e-mails e solicitou os documentos relacionados às obras do PBAQ.</p> <p>Priscila respondeu estar faltando um documento, mas enviaria até 26/09/2022.</p>
--	---

Às 17h36, a coordenadora, Lígia Almeida Moreira de Almeida, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, que foi gravada e está disponível para consulta.

Registro que a presente ata foi aprovada no dia 30/11/2022, na 48.^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF.



LÍGIA ALMEIDA MOREIRA DE ALMEIDA
Coordenadora da CT-IPCT